

STM fez manobra para inflar salários

Auditoria detectou irregularidade; TCU determinou devolução de pagamentos indevidos

VINÍCIUS SASSINE
vinicius.jorge@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. O Superior Tribunal Militar (STM) descobriu uma forma de incrementar irregularmente os salários dos ministros da Corte, além dos pagamentos retroativos de auxílio-alimentação. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) mantida sob sigilo até a última sexta-feira, dia 31, detectou pagamentos a mais aos magistrados por meio das chamadas "diferenças individuais", adotadas em 2005 para complementar os salários. Em sessão secreta realizada em agosto de 2012, os ministros do TCU determinaram que as "diferenças individuais" fossem extintas e que as quantias pagas indevidamente sejam devolvidas aos cofres públicos. Pedidos de devolução como esse são "raros", segundo o procurador-geral do Ministério Público (MP) junto ao TCU, Lucas Furtado, o MP foi o autor da representação contra a irregularidade.

Uma manobra adotada no STM e detectada por auditores do TCU consistiu em criar um pagamento extra para evitar redução de salários a partir da adoção do critério de subsídio único. Desde 2005, magistrados só podem receber um salário único, acrescido apenas de vantagens com caráter indenizatório, como é o caso do auxílio-alimentação. Assim, se um juiz ganhava R\$ 25 mil e o subsídio equivalia a R\$ 19 mil naquele ano, a "diferença individual" deveria ser de R\$ 6 mil. A cada aumento do sub-



Superior Tribunal Militar. Pagamento de "diferenças individuais" para complementar salários

sídio ao longo dos anos, a diferença deveria ser diminuída: se o salário aumentasse para R\$ 20 mil, o complemento cairia para R\$ 5 mil, e assim sucessivamente, até a incorporação total. Conforme auditorias do TCU em 2007 e em 2011 — validadas em plenário em 2012 —, o STM continuou a pagar as "diferenças individuais" mesmo com os aumentos dos subsídios.

O acórdão determinou que o STM faça a "absorção" dessas parcelas aos subsídios, em valores correspondentes aos aumentos sucessivos. Além disso, o

órgão deve adotar "as medidas necessárias à restituição dos valores pagos a título de diferença individual".

STM DIZ QUE NÃO HÁ VALOR A DEVOLVER O STM tem 15 ministros na ativa e 40 aposentados. Segundo a pesquisa Justiça em Números de 2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), outros 36 magistrados atuam em primeiro grau. Não há um cálculo sobre a análise dos pagamentos indevidos. Ao analisar os contracheques dos magistrados aposentados do STM, os auditores detectaram "inserção indevida"

de parcela remuneratória, "diferenças individuais" incorporadas irregularmente e complementação de proventos que elevava a aposentadoria para valores acima do teto salarial.

O acórdão do TCU é o mesmo que permitiu o pagamento de auxílio-alimentação retroativo aos ministros de tribunais superiores, como O GLOBO mostrou no último domingo. Além dos ministros de tribunais superiores, 4,9 mil juízes federais e do Trabalho foram autorizados pelo tribunal a receber o auxílio retroativo, o que significará um custo de R\$ 312 milhões aos cofres públicos. Os próprios ministros do TCU permitiram a si mesmos o recebimento. O depósito de R\$ 35 mil a cada um, em média, já foi feito.

Em resposta ao GLOBO, o STM sustenta que atendeu a todas as determinações do TCU. "A partir de setembro de 2009, todos os magistrados deixaram de receber a 'diferença individual', que foi absorvida nas alterações de subsídios ocorridas anteriormente. Não há valores a serem restituídos", diz o STM. Auditoria em 2011, no entanto, detectou os pagamentos indevidos. O próprio STM chegou a informar ao TCU pelo menos uma incorporação da "diferença individual" à pensão de um magistrado. O TCU já encerrou o processo. Mas, conforme o órgão, isso não encerra o cumprimento das exigências. "Esses monitoramentos ocorrem alguns meses depois do acórdão, estão no plano de fiscalizações e deverão acontecer em breve", diz o TCU. ■

Opinião

ESTRATÉGIA

O PROJETO de lei para liberar a posse de armas a advogados não é um fato isolado.

FAZ PARTE de uma articulada operação da "bancada da bala" no Congresso para revogar, aos poucos, o Estatuto do Desarmamento.

POR INTERESSES da indústria, a proposta contraria a irrefutável constatação de que menos armas em circulação implicam menos violência.

Gurgel dá parecer por liberação de bens de Duda

Publicitário foi absolvido no mensalão; bloqueio é de 2006

BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à liberação dos bens do publicitário Duda Mendonça e da sócia dele, Zilmar Fernandes, absolvidos no julgamento do processo do mensalão, no ano passado. A decisão está nas mãos do relator do processo e presidente do tribunal, ministro Joaquim Barbosa. O conteúdo do parecer de Gurgel não foi divulgado.

Os bens dos dois publicitários foram bloqueados em 2006, quando eles foram denunciados no processo do mensalão. A defesa já pediu três vezes a liberação dos bens. Para Gurgel, agora os bens podem ser liberados, já que o STF oficializou a absolvição dos dois réus.

Não há informações sobre o montante bloqueado. Em 2006, o Ministério Público pediu que a medida fosse tomada para garantir o pagamento de uma dívida de R\$ 30 milhões em impostos. A dívida não foi confirmada ao fim do julgamento.

No último pedido feito ao STF, os advogados Luciano Feldens e Antônio Carlos de Almeida Castro argumentaram que os bens devem ser disponibilizados logo aos publicitários, "para minimizar o prolongado constrangimento" a que foram submetidos.

Em março, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, rejeitou pedido de liberação dos bens de Duda e Zilmar. À época, Barbosa argumentou que os bens deveriam continuar bloqueados até decisão definitiva sobre o processo do mensalão. O acórdão já foi publicado, e o Supremo ainda não julgou os recursos dos réus condenados. ■

Campanha dirigida a prostitutas derruba diretor de Aids

Ministério da Saúde alega que Dirceu Greco lançou conteúdo sem autorização

FLÁVIA PIERRY
flaviap@bsb.oglobo.com.br
ANDRÉ DE SOUZA
andre.renato@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Insatisfeito com conteúdo de uma peça de campanha sobre Aids, o Ministério da Saúde censurou a propaganda e demitiu o diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, Dirceu Greco. A peça tinha sido produzida para o Dia Internacional das Prostitutas a partir de uma oficina com os profissionais. Ontem, o pedido do ministro Alexandre Padilha, o panfleto que trazia a frase "Sou feliz sendo prostituta" foi retirado do ar. A pasta justificou que o departamento veiculou a campanha sem a aprovação da Comunicação Social do ministério.

A assessoria sustentou ainda que o texto não seguia o foco da campanha, que era a saúde dessas profissionais. Os panfletos da campanha, que foram divulgados no dia 2 de junho nas redes sociais do Ministério da Saúde, traziam fotos de prostitutas e frases sobre a profissão e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O material foi produzido após a realização de uma oficina em João Pessoa (PB), em março, para abordar os cuidados com a saúde. Representantes de organizações não governamentais, associações e movimentos sociais que atuam com os profissionais do sexo de todas as regiões do país participaram do evento.

FELICIANO ATUOU CONTRA PROPAGANDA No Twitter, Padilha rebateu as críticas de censura à sua decisão. E disse que agiu por "bom senso". "Bom senso. As mensagens de prevenção serão mantidas", es-



Polêmica. Cartaz da campanha lançada pelo Ministério da Saúde e retirada do ar pelo ministro



Queda. Greco foi demitido do programa de Aids

VACINAÇÃO CONTRA PÓLIO

OBJETIVO É IMUNIZAR 12,2 MILHÕES DE CRIANÇAS

O Ministério da Saúde lançou ontem a 34ª Campanha Nacional de Vacinação contra a poliomielite. A campanha será realizada entre os dias 8 e 21 de junho, em todo o país. A meta é imunizar 12,2 milhões de crianças de 6 meses a 5 anos. Esse número corresponde a 95% das crianças nessa faixa etária.

A vacina será oferecida em cerca de 115 mil postos de saúde. No próximo sábado, acontece o Dia de Mobilização Nacional para a Vacinação, quando pontos de vacinação itinerantes estarão em funcionamento. Depois, a vacinação continua disponível na rede pública de Saúde.

Afif, de Dilma, deve assumir SP, de Alckmin

Ministro vai se licenciar do cargo por três dias

SÃO PAULO E BRASÍLIA. O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, deve assumir o governo de São Paulo na semana que vem. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), vai se licenciar do cargo para viagem a Paris, onde programa participação na Expo 2020. Com isso, o ministro do governo petista deve de-

ixar Brasília para ocupar o posto de vice-governador da administração tucana em São Paulo. A forma como se dará a transição — criticada pelos integrantes do PSDB paulista — ainda não foi definida pelo Palácio dos Bandeirantes.

Ontem, após a inauguração de um laboratório da Rede Lucy Montoro, na Zona Sul de São Paulo, Alckmin disse, primeiro, não exergar constrangimento em ser substituído por um ministro da administração de Dilma Rousseff. Mas, ao mesmo tempo, evitou confirmar enfaticamente

que deixará o gabinete por três dias, período em que estará em Paris.

São Paulo estará bem representado (no evento) pelo secretário (do Planejamento) Júlio Semeghini ou por mim. Essa definição, de quem representará o estado, nós vamos dar mais ao longo da semana — despietou Alckmin.

Perguntado, no entanto, se poderia não viajar para a Expo 2020 só para não ter que deixar o cargo para um ministro de Dilma, disparou: — É muito provável que eu vá, sim.

Até ontem à noite, o ministro Afif não havia sido informado oficialmente sobre a viagem do governador ao exterior. Segundo a assessoria de Afif, confirmada a viagem de Alckmin, o ministro vai se licenciar do cargo para assumir o governo de São Paulo. A decisão se baseia em parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que não encontrou ilegalidade no acúmulo dos cargos de vice-governador e ministro de Estado. A AGU orientou Afif a se licenciar do cargo de ministro para assumir o governo do estado, na ausência do titular do governo de São Paulo. ■

Hoje na web
oglobo.com.br/pais

● **FOTOGALERIA:** Veja mais imagens de índios que lotaram auditório de anexo no Palácio do Planalto

● **VIDEO:** Lindbergh Farias manifestou apoio a Luiz Fernando Pezão em 2010

● **INFORMÁTICO:** Um retrato da gestão fiscal e dos indicadores sociais dos municípios

● **MUNICÍPIOS:** A Integra do projeto de lei complementar aprovado pela Câmara

SEXOLOGIA
Dr. Rodolpho Otttoni - CRM 52.11303.0
• Prática terapêutica
• Reproção Humana e Distúrbios Sexuais
• DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)

Laboratório Proprio
Tel.: 2247-4092 / Telefax: 2247-1109

3433-5033
Siga pra gente
GUANAPLAST

